

UM GESTO DE LEITURA DO FAZER GRAMATICAL DE MÁRIO ALBERTO

PERINI¹*A READING GESTURE OF MÁRIO ALBERTO PERINI'S GRAMMATICAL
CREATION*Agnaldo Almeida²

RESUMO: Filiando-nos teórico-metodologicamente à Análise do Discurso e à História das Ideias Linguísticas, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar o percurso teórico-gramatical de Mário Alberto Perini. Para tanto, dividimos o texto em três partes. Na primeira, discorremos brevemente sobre a trajetória acadêmica e de pesquisa de Mário Alberto Perini. Na segunda, discutimos a proposta de elaboração de uma “nova” gramática pedagógica e, relacionada a isto, a renovação do ensino gramatical. Na terceira, concentramo-nos na forma e no funcionamento da *Gramática do português brasileiro*, publicada no ano de 2010.

Palavras-chave: língua portuguesa; gramática do português brasileiro; Mário Alberto Perini.

ABSTRACT: Theoretically and methodologically based on the Discourse Analysis and on the History of Linguistic Ideas, this article aims to analyze the theoretical-grammatical path of Mário Alberto Perini. To do so, we divided the text into three parts. In the first one, we briefly discuss Mário Alberto Perini's academic and research trajectory. In the second, we debate the proposal to elaborate a “new” pedagogical grammar and, related to this, the renewal of grammatical teaching. In the third, we focus on the form and functioning of the *Gramática do português brasileiro*, published in 2010.

Keywords: Brazilian Portuguese; Brazilian Portuguese grammar; Mário Alberto Perini.

¹ Este texto é um recorte da tese de doutoramento “Autoria e movimentos de sentidos nas gramáticas contemporâneas brasileiras do português”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (PosLin/UFGM), sob orientação da Profa. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara e desenvolvida com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Universidade Federal de Minas Gerais.

1. PALAVRAS INICIAIS

A História das Ideias Linguísticas, em linhas gerais, é a área de pesquisa dos estudos linguísticos que se debruça sobre o estudo da constituição, da formulação e da circulação do saber (meta)linguístico de uma determinada língua, construído em um processo sócio-histórico, no qual intervêm o ideológico (a naturalização/saturação de sentidos, como se eles pudessem ser, em uma dada conjuntura sócio-histórica, apenas aqueles) e o político (a divisão de sentidos e o seu apontamento, na história, em uma determinada direção) (ORLANDI, 2012a, 2012b). Para esse viés teórico-analítico, seguindo a definição de Sylvain Auroux (2009), a gramatização é o processo pelo qual uma língua é descrita, representada em instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários. Nessa perspectiva, objetivamos apresentar e tecer alguns apontamentos analíticos sobre o percurso teórico-gramatical traçado por Mário Alberto Perini, eminente linguista e gramático daquilo que denominamos de “Gramatização contemporânea do português brasileiro” (ALMEIDA, 2019).

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1964-1967) e Doutor em Linguística pela *University of Texas at Austin* (1970-1974), nos Estados Unidos, Perini é atualmente professor emérito da Faculdade de Letras da UFMG, onde atuou no quadro efetivo de 1968 e 1999, além de ser docente-pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Nos Estados Unidos, além do curso de doutoramento do qual resultou a tese “A Grammar of Portuguese Infinitives”, traduzida e publicada em português como “Gramática do infinitivo português” (1977), Perini realizou cinco estágios de pós-doutoramento e foi professor visitante em diferentes universidades.

Com a Linguística estadunidense, notadamente com o gerativismo, o autor estabelece(u)³ fortes relações. Seus estudos se concentram na sintaxe do português brasileiro, destacando-se como um dos pioneiros do trabalho desse viés no Brasil. Ao historiar a chegada e o desenvolvimento do gerativismo no Brasil, Mary Kato e Jânia Ramos (1999) sublinham que, até meados dos anos de 1970, o ensino e a pesquisa de sintaxe gerativa dependiam, em grande medida, de professores e orientadores estrangeiros, especialmente estadunidenses. No entanto, desse período em diante, no Brasil, passam a ser defendidas teses com suporte teórico-analítico gerativista por brasileiros, entre eles Perini. “A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa” (1976), livro desse autor, representa, conforme as autoras, uma das “obras didaticamente mais importantes” sobre a “Teoria-Padrão” (KATO; RAMOS, 1999, p. 106).

A Perini também é conferido um importante lugar na elaboração de gramáticas descritivas.⁴ Para José Carlos de Azeredo (2013, p. 35), com a consolidação de uma política de pesquisa em linguística nos anos 1970-1980 e o crescimento dos programas de pós-graduação nessa área, e, portanto, com o aumento e a diversidade dos estudos sobre a estrutura e o funcionamento do português brasileiro, o desafio de propor uma “primeira síntese [...] com abrangência análoga à das chamadas gramáticas tradicionais” é enfrentado por Perini ao publicar a “Gramática descritiva do português”, em 1995, centralizando “o desenvolvimento da perspectiva formal do

³ Posteriormente, Perini flexibiliza a sua relação com o gerativismo, como mostram seus trabalhos recentes sobre valência verbal e relações temáticas, nos quais faz aproximações com autores da linguística cognitiva, como Leonardo Talmy.

⁴ As diferenças da gramática tradicional (normativa/prescritiva) e da gramática descritiva que circulam em nosso imaginário discursivo nem sempre foram formuladas. Junto a John Lyons (1979, p. 18-19), entendemos a “gramática tradicional” como a “tradição da análise e da teoria linguística que se originou na Grécia, desenvolveu-se em Roma e na Europa medieval, e se estendeu ao estudo das línguas vernáculas desde a Renascença”. Ela é, a nosso ver, um instrumento linguístico-histórico, portanto, discursivo, que vem se (re)configurando na história, constituído por um conjunto de saberes que, de um lado, tendem à estabilização e, de outro, podem deslizar-se.

fato linguístico, combinado com a tentativa de imprimir novas atitudes no domínio tradicional dos estudos de língua portuguesa”, como afirma Luiz F. Dias (1998, p. 110). Além dela, Perini é autor da “Gramática do português brasileiro” (2010) e da “Gramática descritiva do português brasileiro” (2016), para brasileiros; da “Modern Portuguese: a Reference Grammar” (2002) e do “Talking Brazilian: a Brazilian Portuguese Pronunciation Workbook” (2003), para estudantes estrangeiros do português brasileiro.

Sobre a produção de textos acadêmicos e de divulgação científica assinados por Perini, vale destacar aqueles que objetivam a exposição do modelo teórico-analítico por ele utilizado e dos resultados alcançados em suas pesquisas. Aos já citados no parágrafo anterior, acrescentam-se os livros “Sintaxe portuguesa: metodologias e funções” (1989), “Princípios de linguística descritiva” (2006), “Estudos de linguística descritiva: as valências verbais” (2008) e “Describing verb valency” (2015), além de diversos capítulos de livros e artigos publicados em periódicos.

Em um outro conjunto de textos, constitutivamente relacionados aos anteriores, podemos localizar a tônica do autor na crítica à gramática tradicional e a seu modo de ensino na escola. São eles: o livro “Para uma nova gramática do português” (1985) e os artigos e capítulos de livro “Ensinar gramática: sim ou não?” (1987), “Por uma descrição gramatical mais concreta: as funções sintáticas” (2008) e “Quadro geral do português do Brasil hoje” (2011).

Na escrita de Perini, chama-nos a atenção o efeito-leitor construído, isto é, a imagem do leitor construída pelo autor em seu texto (ORLANDI, 2012a, 2012b) por meio de recursos linguístico-discursivos e considerando o “provável saber” daquele que lerá o texto. Em livros como “Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem” (1997) e “A língua do Brasil amanhã e outros mistérios” (2004), o autor constrói um público-leitor amplo, como forma de “democratizar” o acesso à ciência, acreditamos. A representação da Linguística — isto é, da ciência da língua — para a sociedade, de

modo geral, é cara ao linguista. Encontramos em seus textos, comumente, comparações de fatos linguísticos a fatos da Física e da Biologia. Como veremos a seguir, a descrição gramatical fundamentada na *cientificidade moderna* e o ensino de gramática como *disciplina científica* são, para Perini, fundamentais à renovação do ensino de gramática na escola. Para tanto, em um primeiro momento, propomos uma incursão nas reflexões de Perini sobre a necessidade de elaboração de uma “nova” gramática pedagógica do português (brasileiro), que fosse capaz de renovar o ensino de gramática nas escolas; em seguida, nos debruçamos, especificamente, sobre os gestos de autoria de Perini na “Gramática do Português Brasileiro”.

2. ANOTAÇÕES PARA UMA NOVA GRAMÁTICA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS (BRASILEIRO) E A RENOVAÇÃO DO ENSINO GRAMATICAL

Se a gramática tradicional é inadequada, o que colocar em seu lugar?

Essa é a grande indagação formulada por Perini em “Para uma nova gramática do português” (1985). No seu entender, “o linguista, ao criticar a gramática tradicional, frequentemente se choca com a objeção irrespondível: é indispensável continuar trabalhando com uma gramática cujas deficiências são evidentes, pois não existe outra que se possa utilizar” (PERINI, 1985, p. 05). Crítico ao modo tradicional de ensino de gramática (um ensino arraigado em uma gramática fragmentada, descontextualizada, desvinculada dos usos reais que os falantes fazem da língua; um ensino pautado em nomenclaturas e na classificação dos fatos linguísticos), o linguista defende a necessidade de elaboração de uma “nova gramática do português”, ou seja, de uma nova descrição do “português padrão” (PERINI, 1985, p. 05) que sirva de apoio à renovação do ensino gramatical no Brasil.

No II Seminário de Ensino de Língua e Literatura, realizado em 1986, na cidade de Porto Alegre, Perini (1987) apresenta o texto “Ensinar gramática: sim ou não?”.

Como o título já aponta, o linguista trata do *ensino explícito da estrutura da língua* nas escolas (no ensino fundamental e médio) e na universidade, para os (futuros) professores de língua (portuguesa ou estrangeira). Aliás, para esses últimos, o conhecimento explícito e sistematizado da estrutura da língua é indispensável, segundo Perini (1987). A posição sustentada no texto é a de que esses sujeitos, os professores, necessitam ter um “conhecimento adequado da estrutura da língua”, para que possam “detectar uma deficiência qualquer no desempenho linguístico do aluno” e, assim, ajudá-lo por meio de exercícios e textos, como parte de “sua tarefa de desenvolver no aluno a competência ativa e passiva no dialeto padrão” (PERINI, 1987, p. 04-05). Além disso, esse conhecimento instrumentaria “o professor na tarefa de selecionar o manual a ser adotado e de complementá-lo onde for particularmente deficiente” (p. 05-06). O ensino de gramática é, pois, significado como necessário e essencial aos (futuros) professores. O autor não crê, portanto, “que se deva cogitar de retirar o ensino gramatical do curso de Letras. Esse ensino deve, definitivamente, mudar” (p. 05-06).

O ensino de gramática na escola é, para o linguista, mais controverso. Entre os objetivos formulados para o ensino de língua nos níveis fundamental e médio, faz-se presente, com frequência, o “problema da aquisição do português padrão; ou seja, o problema de levar os alunos ao domínio passivo e ativo do português escrito, variedade da língua bastante diferente do português coloquial que eles em geral dominam adequadamente” (PERINI, 1987, p. 03-04). Esse é um dos imaginários contestados por Perini: o de que o conhecimento da gramática de uma língua é um instrumento para o “domínio da expressão e da compreensão, principalmente na escrita” (p. 03-04). Contudo, ensinadas enquanto um “conhecimento de utilidade imediata pouco visível, mas que ninguém pensaria em suprimir do ensino, simplesmente porque não aceitaríamos que um membro da nossa cultura e da nossa época não detivesse certo tipo de informação”, as noções gramaticais como as de

verbo, sinônimo etc. seriam “importantes [aos alunos] como um mínimo de informação sobre a estrutura interna da linguagem” (p. 08-09). Finalmente, se a gramática é ensinada mirando “o desenvolvimento de habilidades básicas de raciocínio, observação e, acima de tudo, independência de pensamento”, tomadas como necessárias à “formação de indivíduos capazes de aprender por si mesmos, criticar o que aprendem e criar conhecimento novo” (p. 10), ela pode contribuir significativamente, defende Perini. Para isso, ele deveria ser transformado: a gramática deveria ser ensinada como uma “disciplina científica”, e isso exigiria uma “mudança de atitude” (p. 10) do aluno e do professor. Discursivamente, trata-se da construção de outras representações dessas posições relacionadas à posição-sujeito de cientista, que tem como trabalho a observação dos fatos (linguísticos, no caso) e se filia a teorias para explicá-los.

Para Perini, a grande contribuição do ensino de gramática é permitir o desenvolvimento de habilidades de observação, de raciocínio, de argumentação. Para que isso seja alcançado, “o ensino de gramática precisará ser reformulado quanto à sua forma, seus objetivos, sua posição e sua dosagem dentro do currículo” (PERINI, 1987, p. 12). Em primeiro lugar, o autor defende que a gramática ocupe um espaço mais modesto no currículo. Para que desempenhe seu papel educativo com eficácia, a gramática deveria ser, pelo menos, “coerente (isto é, livre de contradições internas), explícita e adequada aos fatos da língua”, pois a formação intelectual dos alunos não pode ser a partir de uma “descrição de língua tão confusa, incoerente e irrealista como a que é atualmente oferecida pelas gramáticas”, fato esse que não se deve, na opinião do linguista, à “incompetência dos gramáticos, mas ao estiolamento da tradição de discussão de problemas de gramática, que levou à ausência de novas propostas de análise” (p. 12). Seria necessário criar, pois, uma nova gramática, mesmo sabendo que ela, por si só, não resolveria os problemas do ensino gramatical. “O grande pecado do ensino de gramática não está na má qualidade da gramática, nem dos objetivos mal

fixados”, está, antes, na atitude adotada, isto é, a de tomar o livro como autoridade suprema, “fonte última das verdades que são transmitidas, através de uma autoridade intermediária (o professor) a um aluno que funciona como receptor e repetidor passivo”, argumenta Perini (p. 13).

Antes de estabelecer as bases para tal empreendimento, em “Por uma nova gramática do português” (1985), o autor resume “as falhas da gramática tradicional”, “as grandes falhas da doutrina gramatical vigente”, em três pontos: “sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade de língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes” (p. 06). Somente repensando cuidadosamente os fatos citados teríamos uma gramática “satisfatória como base para o ensino”. A gramática teria, pois, que ser sistemática, consistente do ponto de vista teórico e sem contradições (p. 06). Seria preciso, portanto, descrever a língua em novos moldes. Quais? Tratar-se-ia de elaborar uma gramática pedagógica, isto é, “selecionar (ou, mais provavelmente, inventar) uma linguagem para transmitir os resultados da investigação linguística das últimas décadas sem, por um lado, falsificá-los, nem, por outro, tornar o texto inacessível a quem não seja um linguista profissional” (p. 09). Com a escolha do arcabouço teórico a ser adotado, é desejável que os problemas não resolvidos da teoria sejam neutralizados. Na morfologia e na sintaxe, por exemplo, o autor propõe a preservação, sempre que possível, da nomenclatura tradicional. Na semântica, isso não poderia ser realizado pela inexistência “pura e simples de uma terminologia semântica minimamente coerente dentro da gramática tradicional” (p. 10).

Ademais, Perini (1985, p. 11) reforça em diversos momentos que sua “abordagem é teórica”, que ele se preocupa em “explicitar as crenças e princípios *gerais* que subjazem à prática da análise”. Para ele, seria preciso uma mudança de atitude em relação ao objeto de estudo. Os estudiosos da gramática deixariam a

posição de “meros receptores de conhecimento já produzido”, para assumir a de “críticos e criadores de conhecimento novo” (p. 20). Com isso, o autor afirma não ter a intenção de “acusar os autores das gramáticas atuais de incompetência ou de falta de honestidade intelectual”, visto serem eles, no seu entender (e no próprio reconhecimento de muitos), “vítimas de uma tradição que fez da tarefa do gramático pouco mais do que uma compilação estéril” (p. 11); para ele, poucas eram as alternativas até aquele momento. Poucos eram os trabalhos elaborados sobre bases sólidas, e os princípios da linguística moderna eram “privilégio de uns poucos eleitos” (p. 12).

Uma das últimas questões abordadas por Perini é a seleção dos dados do *português padrão do Brasil* a serem descritos. Onde encontrar essa variedade de língua? Ele propõe deixar de lado os textos literários, que constituem o exemplário das gramáticas normativas, e se voltar para a linguagem técnica e jornalística, presente nos livros didáticos e científicos, em jornais e revistas semanais. Nesses textos, encontramos uma grande uniformidade gramatical, sem que se percebam variações regionais marcadas. “Existe um português-padrão altamente uniforme do País; e podemos encontrá-los nos textos jornalísticos e técnicos” (PERINI, 1985, p. 86-87).

3. A GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A “Gramática do português brasileiro” (GPB), em termos cronológicos, é a terceira de autoria de Perini. Antes dela, foram publicadas a “Gramática descritiva do português” (1995), direcionada a brasileiros, e a “Modern Portuguese: a Reference Grammar” (2002), para estrangeiros que buscam conhecer, com “objetivos práticos”, os fatos básicos do português brasileiro, diz-nos o autor. Ele afirma que, embora retome algumas partes da “Modern Portuguese” (2002), a GPB não é uma versão traduzida dessa gramática, destinando-se a leitores brasileiros (estudantes

universitários e professores, mais especificamente), “cujos objetivos são antes de natureza científica”.

Para ele (2010), a descrição da estrutura de uma língua depende crucialmente de classificações, porém, a “classificação das formas”, em especial das classes de palavras, “é tratada de maneira bastante inadequada nas gramáticas tradicionais” (PERINI, 2010, p. 289). Sendo assim, as tradicionais dez classes de palavras são, na GPB, agrupadas em quatro: os “nominais”, os “verbos”, os “conectivos” e os “adverbiais”. É importante, para o autor, diferenciar “função” (sujeito, objeto etc.) de “classe” (advérbio, verbo etc.), uma vez que “as funções se definem no contexto em que ocorrem, mas as classes se definem fora de contexto” (p. 289). Essa é uma maneira de contornar o problema de que um elemento de determinada classe possa funcionar como se pertencesse a outra, em determinados “contextos”. O autor vai privilegiar, então, a função que as classes podem exercer e não as classes em si.

Como nas gramáticas tradicionais, são abordados os domínios da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica da língua, sendo privilegiadas as duas últimas dimensões. Perini trabalha, inicialmente, a “Sintaxe da oração”. Os dois capítulos que tratam da fonologia são os últimos, de modo oposto às gramáticas de orientação normativa (ver, por exemplo, Rocha Lima e Evanildo Bechara), em que esse assunto é disposto em um dos primeiros capítulos.

Nesse caminho de teorizações, Perini (2010) argumenta que a GPB tem objetivos diferentes das “gramáticas usuais”, sendo que “os pontos de diferença principais dizem respeito não à análise dos fatos da língua, mas à atitude a assumir frente aos estudos gramaticais” (PERINI, 2010, p. 17). Vejamos:

QUADRO 1: Distinção estabelecida por Perini entre as “gramáticas tradicionais” e a GPB.

<i>Gramáticas tradicionais/usuais</i>	<i>Gramática do português brasileiro</i>
1. A gramática como aquisição da língua escrita pelo aluno	1. A gramática como parte da formação científica do aluno
2. Descrição do português padrão escrito	2. Descrição do português falado do Brasil
3. Objetivo prescritivo	3. Objetivo descritivo (científico)
4. Uso de conceitos (básicos) inadequados e/ou sem apresentação, explicação e discussão	4. Uso de outros/novos conceitos, com apresentação, explicação e discussão
5. Completa descrição da estrutura da língua	5. Descrição incompleta da (complexa) estrutura da língua
6. Adoção da NGB	6. Abandono de boa parte da NGB na descrição do PB
7. Base teórica inconsistente e mal definida	7. Base teórica sustentada em categorias teóricas mais ou menos de aceitação geral e em princípios de orientação descritivista, particularmente o da “sintaxe simples”
8. Descrição da língua dirigida ao ensino escolar	8. Descrição da língua direcionada ao nível universitário

FONTE: O AUTOR, 2021.

Comentaremos, a seguir, esses pontos, seguindo a ordem definida no quadro.

Em 1., Perini assume a defesa de que a gramática não é um instrumento de aquisição da língua escrita (do desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e fala no português escrito padrão). Muitos “esperam que o estudo da gramática lhes forneça meios de desenvolver seu desempenho na língua padrão, principalmente na escrita. Para muitas pessoas, é isso o que justifica a presença dos estudos gramaticais na escola” (PERINI, 2010, p. 18). A posição de Perini, fortemente presente em outros textos (PERINI, 1985, 2010, 2011, 2016), aponta para o fato de que o ensino da gramática deve ser encarado como parte da formação científica dos estudantes, “cada

dia mais indispensável ao cidadão do século XXI” (PERINI, 2010, p. 18). Para ele, a gramática é uma disciplina científica, tal como a Astronomia, a Química, a História ou a Geografia, e seu estudo deve oferecer uma visão da estrutura e do funcionamento da língua, entendida como um mecanismo de comunicação e de possibilidade de existência da “complexa sociedade moderna” (PERINI, 2010, p. 18).

Ainda sobre essa questão, no capítulo “Para que estudar gramática?”, o autor afirma que a ciência é a maior fonte (instrumento) de poder da atualidade. Desse modo, o cidadão precisa ter “alfabetização/formação científica”, para que tenha “condições de formar uma opinião sobre afirmações de diversas naturezas” (PERINI, 2010, p. 31). A ciência, tomada como um “método” (o caminho) para se chegar a um corpo de conhecimento e resultados, não é, porém, o próprio corpo de conhecimento e resultados. Logo, aprender e decorar resultados, como nas aulas de gramática tradicional, não seria aprender ciência, argumenta Perini: “O resultado é que nas aulas de gramática *não se aprende gramática*, nem sequer se estuda gramática” (p. 34).

Em 2., vemos que GPB não se dedica ao português escrito. Perini afirma que se ocupa da língua falada no Brasil, o português falado do Brasil — PB, “a variedade que é a mais importante na prática, e que foi até hoje muito pouco estudada” (2010, p. 20). Trata-se de uma língua muito diferente da língua que escrevemos (português/variedade padrão escrito/a) e implica formas de expressão adequadas a “determinados contextos”. De acordo com Perini (p. 20), o PB é

[...] conhecido e usado constantemente pela totalidade dos brasileiros, ao passo que o padrão é privilégio de uma pequena minoria de pessoas escolarizadas — e, além disso, só se usa em situações especiais, relativamente raras: escrevendo textos para publicação, fazendo discurso de formatura, coisas assim. O padrão nunca é usado na fala cotidiana, e na verdade é ignorado pela esmagadora maioria da população.

E complementa:

É urgente elaborar gramáticas do PB, para que não se eternize a anômala situação de um povo que não estuda — na verdade, às vezes se recusa a estudar — a língua que fala. Um povo, na verdade, que tende a negar a existência dessa língua, como quando se diz que a frase *me dá um quibe aí* ‘não existe’. Já passou da hora em que devíamos abrir os olhos para a nossa realidade linguística, e esta gramática pretende ser um pequeno passo nessa direção (PERINI, 2010, p. 20, grifo no original).

A descrição da língua falada não implica, porém, que o uso, o ensino e a descrição da língua escrita (padrão) sejam abandonados. Para Perini: “Reafirmo apenas a necessidade de se elaborar igualmente uma nova gramática para a língua padrão escrita” (PERINI, 2010, p. 24). Em outra passagem, temos a formulação de que “nenhum linguista questiona a necessidade de se adquirir competência em português padrão, aquela língua escrita que é tão diferente da que realmente se fala”, a “questão é se estudar gramática é o caminho para se adquirir essa competência. E toda a evidência indica que não é” (p. 35). É importante observar, além disso, que os exemplos não são de textos escritos e literários; são formulados pelo autor, utilizando-se do par *aceitabilidade/inaceitabilidade*, caro à perspectiva teórica gerativa.

O tópico 3. mostra que GPB não é uma gramática que tem como objetivo *prescrever* formas certas e proibir formas erradas, mas, certamente, *descrever* como é o português falado do Brasil. Esse dizer, comum aos linguistas, é um dos principais elementos diferenciadores, em nosso imaginário, das gramáticas normativas (dos gramáticos tradicionais) e das gramáticas descritivas (dos linguistas).

Assim, para o autor:

O linguista precisa manter uma atitude científica, com atenção constante às realidades da língua e total respeito por elas. [...] O linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que ela deveria ser. Condenar uma construção ou uma palavra ocorrente como incorreta é mais ou menos como decretar que é ‘errado’ que aconteçam terremotos (não seria melhor que não acontecessem?). Mas eles acontecem, e um cientista não tem remédio senão reconhecer os fatos. (PERINI, 2010, p. 21).

Diferentemente de boa parte das gramáticas tradicionais, como se vê no item 4., GPB é uma gramática que “apresenta, explica e discute” os conceitos utilizados na análise, como as noções de sintagma nominal, sujeito, função sintática, papel temático, classe de palavra, entre outras. A razão, segundo o autor, é que não é possível “estudar gramática (nem disciplina nenhuma) sem dominar certos conceitos básicos; e os conceitos da gramática tradicional são em grande parte inadequados. Eles precisam ser subsidiados por outros que não são do conhecimento geral” (PERINI, 2010, p. 21).

Sobre essa questão, Perini afirma, ainda, que se esforçou para “incluir explicações claras e objetivas, com exemplificação suficiente, a fim de evitar aquela sensação tão comum aos estudantes de gramática de estar lidando com noções que não dominam”, objetivando “levar o leitor a um conhecimento consciente das estruturas da língua, não apenas à memorização de um conjunto de afirmações mais ou menos gratuitas.” (PERINI, 2010, p. 22).

Em 5., Perini admite que sua gramática não constrói uma descrição completa da estrutura da língua. Comenta que, contrariamente, “os estudos gramaticais tradicionais tendem a passar a imagem de uma disciplina basicamente ‘pronta’ com no máximo alguns pontos ainda controversos a acertar. Essa imagem é seriamente inadequada” (PERINI, 2010, p. 22). A estrutura da língua é muito mais complexa do que geralmente se imagina, defende o autor. Por isso mesmo, a descrição e a explicação dos fatos que constituem a língua são igualmente complexas. Nesse ponto do texto, Perini formula o lugar da Linguística: trata-se de uma “ciência viva e em pleno desenvolvimento, não um conjunto de técnicas estabelecidas há muito tempo e que só temos que aplicar. Nenhuma descrição gramatical pode, portanto, ter a pretensão de ser completa ou definitiva” (PERINI, 2010, p. 22).⁵ Observa-se, nesse

⁵ No evento Abralín ao Vivo (2020), no qual realizou a apresentação intitulada de “Gramática, esquemas e a atribuição de relações temáticas”, ele afirma que o trabalho descritivo é importante porque as teorias linguísticas, ao menos neste momento histórico, são extremamente fragmentadas, de modo que a coleta, a descrição e a catalogação de dados oferecem um substrato comum e necessário, na opinião do autor, para a formação de um arcabouço teórico geral e para a construção

último enunciado, a contraposição do *lugar* científico da linguística à posição da gramática normativa/tradicional, como um conjunto de dizeres que pouco muda no decorrer da história, que se estabiliza. Para ele, “a gramática é uma disciplina científica, pois tem como finalidade o estudo, a descrição e a explicação de fenômenos do mundo real” (p. 37) e o gramático não pode, pois, contentar-se com a *exposição* dos fatos da língua, devendo *discutir, justificar e fundamentar* a sua exposição.

De acordo com o item 6., na descrição do português falado no Brasil, boa parte da NGB deve ser abandonada, devido, entre outros fatores, a seu “caráter assistemático” e à “sua pobreza conceitual frente à extrema complicação dos fatos” (PERINI, 2010, p. 23). Em suas próprias palavras:

Na verdade, a NGB parece mais um compromisso político, levando em conta inclusive os interesses imediatos do ensino, do que resultado de pesquisa linguística. No entanto, um sistema de descrição tem objetivos científicos, não primariamente pedagógicos. Em particular, não é possível descrever um fenômeno complexo como é a língua através de categorias simples e pouco numerosas. Se a complexidade dos fatos dificulta o ensino, esse é evidentemente um problema a ser enfrentado — mas não ao custo de falsificar a natureza do fenômeno estudado.

A GPB não tem, segundo ele, a “pretensão de substituir a NGB como doutrina semioficial a ser adotada nas escolas” (PERINI, 2010, p. 24). Perini sustenta a posição de que “uma nova gramática é uma nova proposta, e apenas isso; não pode ser apoiada, muito menos imposta, por lei. [...] não pode haver uma teoria gramatical oficial”, acrescentando: “se há divergências entre os pesquisadores (e como há!), elas têm que ser dirimidas através do diálogo, da argumentação, da testagem, nunca através de recursos de ordem legal” (PERINI, 2010, p. 24). Como a nomenclatura não é

conjunta da ciência da língua. Assim, a própria retomada da gramática como um trabalho que deve ser essencialmente “descritivo” não é uma atitude neutra da parte de Perini, mas, certamente, uma sinalização de insatisfação com o cenário atual não apenas do ensino de língua, mas também da linguística. Tampouco trata-se de uma descrição desprovida de pressupostos teóricos, já que o autor recorre a categorias tanto da gramática tradicional quanto da gramática gerativa e, mais recentemente, da linguística cognitiva.

independente de uma teoria e, em suas palavras, “ainda não possuímos uma teoria suficientemente desenvolvida para isolar todas as questões de terminologia” (p. 24), seria melhor conviver com nomenclaturas diferentes do que ter uma gramática oficial.

Quanto ao item 7., do ponto de vista teórico, o autor afirma que utiliza, por um lado, “um corpo de categorias teóricas de aceitação mais ou menos geral”, “afirmações universalmente aceitas” e, por outro, “nos casos em que se tornou indispensável elaborar análises mais avançadas, recorri a certos princípios que vêm se impondo entre os pesquisadores de orientação descritivista, em particular o princípio da sintaxe simples” (PERINI, 2010, p. 25).

As bases da análise presente na GPB são descritas pelo linguista no texto “Estudo de gramática descritiva: as valências verbais” (2008). Ele volta a defender, então, que se trata de uma gramática descritiva, que “procura explicitar a língua realmente utilizada pelos falantes do PB, sem discutir ou sustentar alguma teoria em particular; e muito menos prescrever a língua ideal que as pessoas deveriam usar” (PERINI, 2008, p. 25-26). São privilegiadas a sintaxe e a semântica da oração, “áreas particularmente carentes no momento” e que já vinham sendo trabalhadas intensamente por ele.

Assume, por fim, em 8., que GPB não é uma gramática dirigida ao ensino escolar (médio), pontuando que “há uma necessidade urgente de gramáticas atualizadas em todos os níveis”. A GPB é, pois, uma gramática destinada ao nível universitário. O efeito-leitor construído em seu texto é o de “alunos e professores de letras, assim como a professores de língua de todos os níveis — pessoas que já conhecem os rudimentos da gramática” (PERINI, 2010, p. 26). Para ele, o estudo da gramática não deve ser eliminado da escola, desde que seja redefinido e realizado como uma disciplina científica. Afinal, para desenvolver sua “curiosidade científica”, o aluno tem que participar da criação e da justificação do conhecimento. Perini (2010, p. 39) entende que:

[...] não basta aprender ciência, é essencial também *fazer* um pouco de ciência. Isso faz da disciplina científica não apenas uma fonte de informação sobre o mundo, mas um campo de treino do pensamento independente, da observação isenta e cuidadosa, do respeito aos fatos — habilidades preciosas, cada vez mais necessárias, mas que brilham pela ausência no ensino tradicional de gramática.

Para tanto, ele propõe alguns objetivos, como: (1) a reformulação dos objetivos do estudo da gramática, abandonando “falsas promessas, como a de que estudar gramática é o caminho para desenvolver o desempenho na língua escrita” (PERINI, 2010, p. 39); (2) a assunção de uma atitude científica diante do fenômeno da linguagem, admitindo “o questionamento, a necessidade de justificar as afirmações feitas e dar lugar à dúvida sistemática, e não à vontade de crer. Trabalhamos com fatos e teorias, e não com crenças e dogmas” (PERINI, 2010, p. 39); (3) a realização de atividades que contemplem a observação e a manipulação de fatos da língua, objetivando a construção de hipóteses a respeito deles; (4) o abandono da crença de que é possível realizar o estudo completo de uma língua, “de que a gramática portuguesa é um sistema plenamente conhecido, e de que sua descrição está pronta e relatada na literatura do assunto” (PERINI, 2010, p. 40); e (5) a sustentação de que estudar gramática é estudar os fatos da língua, e não “construir um código vazio de proibições para dirigir o comportamento linguístico das pessoas” (PERINI, 2010, p. 40). Afinal, “não é verdade que o povo fala ‘de qualquer jeito’”, o que torna “perfeitamente possível elaborar uma gramática da língua falada”, sendo essa gramática “tão rica e complexa, e tão interessante, quanto a da língua padrão” (PERINI, 2010, p. 40).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, objetivamos apresentar e compreender os gestos de autoria de Mário Alberto Perini em relação à produção de gramáticas pedagógicas, voltadas ao

espaço escolar, conferindo ao ensino de gramática o estatuto de um ensino científico, como ocorre com outras áreas do conhecimento. Em suma, os oito pontos comentados anteriormente atestam o contato-confronto das discursividades do lugar da Gramática e do lugar da Linguística, que recorta o dizer de Perini, tendo em vista que o trabalho do linguista, autor das gramáticas descritivas, não se desvencilha do trabalho do gramático tradicional, autor das chamadas gramáticas tradicionais, prescritivas e normativas.

O efeito de *distanciamento* do modo de descrição normativa buscado pelo autor, vale repetir, tem como mecanismos constitutivos: a diferente organização e divisão das partes da gramática; a delimitação do *corpus* de exemplos, mesmo quando é formulado pelo gramático a partir do par aceitável/não aceitável; o fato de ser descrito o português falado no Brasil, diferentemente das gramáticas normativas que buscam uma unidade maior Brasil/Portugal; e ainda a forma como o ensino de gramática deve ser encarado nas escolas pelos professores e alunos: como uma disciplina científica e, portanto, comportando a polêmica, a dúvida, o questionamento e a análise de fatos linguísticos realmente utilizados pelos sujeitos falantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA de JESUS, Agnaldo. *Autoria e movimentos de sentidos nas gramáticas brasileiras contemporâneas do português*. 189 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.

DIAS, Luiz F. Resenha: Gramática descritiva do português. Mário A. Perini. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 1, p. 109-116, 1998.

KATO, Mary A.; RAMOS, Jânia. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil. *Delta*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 105-146, 1999.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2012b.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos e Co., 1907.

PERINI, Mário A. *A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

_____. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. Ensinar gramática: sim ou não? In SEMINÁRIO INTEGRADO DE ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA, 2., Porto Alegre. *Anais [...]*. Novas metodologias para o ensino de língua e literatura na escola. Porto Alegre: PUCRS/YÁZIGI, 1987.

_____. Por uma descrição gramatical mais concreta: as funções sintáticas. In V CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 43-54.

_____. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Quadro geral do português do Brasil hoje. In: MELO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo; RASO, Tommaso. (org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 139-156.

_____. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

Recebido em: 28/06/2021

Aceito em: 18/08/2021